

ESPORTE NA CIDADE: NOVOS ESPAÇOS, NOVOS OBJETOS... UMA NOVA PAISAGEM EM VITÓRIA (1896-1940)¹

Recebido em: 13/01/2012

Aceito em: 27/11/2012

*João Alexandre Demoner*²

*Ivan Marcelo Gomes*³

*Cláudia Emília Aguiar Moraes*⁴

*Ueberson Ribeiro Almeida*⁵

*Felipe Quintão de Almeida*⁶

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – ES – Brasil

RESUMO: Em relação à cidade de Vitória, muito pouco sabemos sobre o desenvolvimento das práticas ligadas ao ócio, ao lazer e ao esporte no início do século XX. Analisamos a capacidade de essas práticas redefinirem os usos do território urbano, produzindo novas formas espaciais e introduzindo novos objetos na paisagem. A investigação se situou entre os anos de 1896 e 1940 e tomou como referência a história de alguns clubes capixabas, registrada em fontes diversas, como revistas, jornais, relatórios e imagens publicadas no período em tela. Concluímos que o movimento que difundiu as práticas de ócio, lazer e esportes em Vitória apresentou dois fatores diretamente relacionados com espaços públicos: por um lado, a criação de espaços e/ou a introdução de objetos na paisagem com vistas a reunir o público em torno do espetáculo esportivo; por outro, o incentivo às atividades ao ar livre (nas praias, nos jardins, nas praças e nos “passeios”).

PALAVRAS CHAVE: Esportes. Cidades. História.

SPORTS IN THE CITY: NEW SPACES, NEW OBJECTS... A NEW LANDSCAPE IN VITÓRIA (1896-1940)

ABSTRACT: Regarding the city of Vitória (Espírito Santo, Brazil), we know very little about the development of practices related to leisure, recreation and sport in the early twentieth century. We analyzed how these practices can redefine the uses of urban territory, producing new spatial forms and introducing new objects in the landscape.

¹ A pesquisa recebe financiamento do CNPq, pelo edital MCT/CNPq 14/2009 – Universal. A modalidade é Auxílio à Pesquisa (APQ). É financiada, também, pelo edital Universal FAPES 012/2011. Não houve conflito de interesses para a realização da pesquisa.

² Licenciando em Educação Física (CEFD/UFES) e bolsista de IC/CNPQ.

³ Doutor em Ciências Humanas; professor do PPGEF do CEFD/UFES.

⁴ Mestre em Educação (UFSC); professora da ESFA.

⁵ Mestre em Educação Física (PPGEF/CEFD/UFES); doutorando em Educação no PPGE/CE/UFES.

⁶ Doutor em Educação; professor do PPGEF do CEFD/UFES.

The investigation covered the period from 1896 to 1937 and took as a reference the history of some clubs in the state, recorded in various sources, including magazines, newspapers, reports and images published in the period under consideration here. We concluded that the movement that spread the practices of leisure, recreation and sports in Vitória presented two factors directly related to public spaces: on the one hand, the designing of spaces and/or the introduction of objects in the landscape in order to gather the people around the sporting spectacle; on the other hand, the stimulus to the outdoor activities (on beaches, in gardens, in squares and on sidewalks).

KEYWORDS: Sports. Cities. History.

Considerações iniciais

Nos últimos anos, inúmeros pesquisadores têm se esmerado no sentido de dar visibilidade às práticas esportivas que “invadiram” o Brasil a partir de meados do século XIX (SEVCENKO, 1999; PEREIRA, 2000; MELO, 2001; LUCENA, 2001). Nesse processo, Rio de Janeiro e São Paulo foram as cidades escolhidas para se descrever os primórdios do esporte no País. Isso não sem razão, pois, de fato, aquelas duas localidades foram as principais cidades brasileiras desde antes mesmo da virada para o século XX, influenciando gostos, atitudes, valores e ditando os rumos para os centros menores que iriam percorrer, com algum atraso, os caminhos outrora já trilhados por elas.

Esse, decerto, é o caso de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo. Em relação a essa cidade, muito pouco sabemos sobre o desenvolvimento das práticas ligadas ao ócio, ao lazer e ao esporte no início do século XX, quer dizer, não conhecemos bem o fato de ela ter vivido, nos anos iniciais de sua transformação em cidade moderna, toda uma agitação da população em torno dessas práticas, que se afirmariam como um componente cultural importante do capixaba.⁷ Na expectativa de suprir parcialmente essa lacuna, desde 2009, temos empreendido esforços no sentido de

⁷ Capixaba refere-se ao cidadão nascido em Vitória.

melhor compreender o advento e a proliferação das práticas de ócio, lazer e esporte em Vitória, a partir da virada do século XIX para o século XX. Essa, aliás, é uma iniciativa que vai ao encontro dos esforços de outros pesquisadores que, com base na metodologia da história comparada (MELO, 2007), têm realizado estudos sobre os primórdios daquelas práticas em outros centros que não Rio de Janeiro e São Paulo, como Salvador, Porto Alegre, Juiz de Fora, Florianópolis, Aracajú, Natal etc. (MELO, 2010).

Neste artigo, apresentamos uma faceta desse esforço, discutindo a capacidade de as práticas relacionadas com o ócio, ao lazer e o esporte redefinirem os usos do território urbano, produzindo novas formas espaciais e introduzindo novos objetos na paisagem. Foram importantes, nesse procedimento, os estudos já existentes sobre a história daquelas práticas em outras localidades do País (na perspectiva da história comparada), mas, também, as referências vinculadas àquilo que Mascarenhas (1999) chamou de uma “Geografia dos Esportes”.

Em relação ao recorte temporal, a investigação se situa entre os anos de 1896 e 1940. A escolha desse período não foi aleatória. De um lado, data de 1896 o primeiro projeto que almejou uma grande transformação no espaço urbano da Capital: o novo arrabalde; por outro, presenciou-se, nas décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos 1920, uma “febre esportiva” (MASCARENHAS, 1999) em Vitória, momento em que o esporte é reconhecido como elemento importante da vida cultural capixaba.

As evidências que fundamentam a investigação foram obtidas graças às análises das edições diárias de dois importantes jornais: o *Diário da Manhã*, que começa a ser publicado em 1907, e *A Gazeta*, cuja publicação se inicia em 1928. Todos os dois estão disponíveis no Arquivo Público Municipal e no Arquivo Público Estadual dessa Capital. Ambos os impressos possuíam uma seção dedicada ao esporte, que, ao longo dos anos,

variou de denominação. No caso de *A Gazeta*, encontramos as seções *Desportos*, *Desportos – Terra e Mar*, *Sports* e *A Gazeta nos Esportes*. No caso do *Diário da Manhã*, identificamos as denominações *Diversões*, *Sociedade e Sport* e *Diário Sportivo*. A opção pelos jornais se justifica na medida em que eles representavam um dos legitimadores das ações dos políticos que conduziram a remodelação da cidade de Vitória nos primeiros anos do século XX. Neles eram publicadas muitas matérias sobre a vida política no Estado e, também, sobre os aspectos culturais e sociais em efervescência à época, dentre eles, aqueles associados ao ócio, ao lazer e ao esporte.

Além dos jornais, fizemos a catalogação e análise de duas revistas da época. Uma delas intitula-se *Vida Capichaba* (1923-1959), periódico de publicação quinzenal que circulava na Capital e no interior do Estado. Dispunha de uma seção destinada aos esportes (inicialmente chamada *Resenha Esportiva* e denominada *Vida Sportiva* a partir de 1930). O primeiro número do impresso foi publicado em 1923. Foi ininterruptamente publicada nos 36 anos seguintes, mesmo que, a partir de 1954, passasse a se chamar *Revista Capichaba* (1954-1959). O outro periódico analisado foi a revista *Chanaan*, impresso que foi publicado pela primeira vez em 1936. Era uma revista “concorrente” da *Vida Capichaba*. A opção por essas duas revistas se justifica na medida em que elas congregavam o que havia de melhor no jornalismo espírito-santense, constituindo-se, assim, em preciosa fonte de indicações e informações sobre o clima cultural e político de então (além de influenciar decisivamente a imprensa capixaba daquela época).

Além das revistas e jornais, analisamos também relatórios de alguns prefeitos de Vitória e governadores do Estado. Verificamos catálogo de mapas, acervos de fotos, outros documentos de interesse e a pouquíssima literatura que retrata a trajetória dos

principais clubes da cidade. O material catalogado e analisado serviu para nós como fonte, a partir do qual procedemos a uma análise do seu conteúdo.

A emergência dos espaços de lazer e esportivos na cidade de Vitória: dos jardins e “passeios” às praças, parques e clubes

A introdução e a posterior proliferação das práticas ligadas ao ócio, ao lazer e ao esporte na vida urbana pressupunham uma alteração espacial das próprias cidades, já que estas, como demonstra o caso de Vitória, não estavam preparadas para essas experiências corporais. Em tal contexto, foi necessário criar condições de possibilidade, físicas e/ou estruturais, para que essas novas experiências fossem abraçadas pelo conjunto da população. Na historiografia do esporte, o caso mais conhecido a esse respeito é a “Reforma Pereira Passos”, conduzida pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) na transformação do Rio de Janeiro. Conforme Sevckenko (1999), esse prefeito estabeleceu o nexos entre a regeneração, a modernidade e os esportes, percebendo que o esporte poderia ser uma estratégia de controle e adaptação do corpo às novas exigências da sociedade em modificação. Tal foi a sua importância que é praticamente impossível entender os laços entre esporte e modernidade no Rio de Janeiro sem levar em conta o papel (in)direto de Pereira Passos e sua reforma nesse processo (MASCARENHAS, 1999; MELO, 2006).

Em Vitória, a primeira grande tentativa de reformular a Capital, expandindo-a e modernizando-a, coube ao governador da Província, José de Melo Carvalho Muniz Freire (1892-1896). Para tanto, confiou ao sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito a construção de um novo arrabalde, que consistia na elaboração de um projeto de bairro cuja área era cinco a seis vezes maiores do que aquela onde estava erguida a

Capital, na região central, então coração político e econômico de Vitória. Trata-se, portanto, não de uma reforma da cidade então existente, mas de sua expansão para a região leste, onde se situavam as praias, até então desabitadas.

Para dar acesso ao novo bairro, propôs-se a criação de uma linha de ferro-carril entre o centro e as áreas praianas. Além do traçado primoroso, o projeto previa o suprimento não só de água, mas também estipulava o fornecimento de iluminação à gás por meio de canalização. Por todas as maneiras, planejava-se um bairro dotado das melhores condições de higiene e salubridade, prevendo-se, na nova área de expansão, resolver o maior problema urbano de Vitória naquele momento: o saneamento.

À semelhança do que aconteceu no caso da “Reforma Pereira Passos” (SEVCENKO, 1999; MASCARENHAS, 1999; MELO, 2006), portanto, a “Reforma Muniz Freire” foi importante para as práticas ligadas ao ócio, ao lazer e ao esporte, na medida em que construiu aterros, estradas, ruas e avenidas que conduziam diretamente às praias, com destaque para a região da chamada Praia Comprida. Segundo a “letra” do projeto de Saturnino de Brito (1896, p. 6), “Com effeito, não se trata só de aproveitar terrenos secos, e sim, ainda, de conquistar definitivamente ao mar uma certa área, até agora sob o domínio das altas marés”. O avanço em direção ao mar, em alguns casos aterrando-o e em outros construindo muros de arrimo, foi fundamental para a criação de extensas faixas destinadas aos banhos de mar. Essa foi uma iniciativa fundamental para tornar a Praia Comprida, alguns anos depois, um local muito frequentado por banhistas e utilizado para a prática de alguns esportes, como o *water-polo* e a natação.

Além de aproximar a população das praias, o projeto do engenheiro Saturnino de Brito contemplava também a construção de bosques, jardins e áreas de passeio:

Além dos bosques de eucalyptus, acham-se projectados vários jardins e, no morro da 'Barrinha', um passeio que será o encanto do novo bairro. Conservando-se ahi as mattas existentes, abrir-se-hão sombrias alamedas transitáveis por carruagens, até o ponto culminante que se acha situado entre as duas barras do estuário; ter-se-ha, assim, – ao pé, as payzagens ridentes, das margens e, ao longe, o indefinido do Oceano offerecendo-se favorável á contemplação interior e á criação de imagens (BRITO, 1896, p. 25).

A expansão de Vitória para o leste, graças ao novo arrabalde, também foi procedida, nos governos seguintes, de melhorias no centro da cidade, pois essa região de nossa Capital, na transição entre os séculos XIX e XX, caracterizara-se pelas ruas tortuosas e estreitas, carecendo de serviços urbanos essenciais. Do ponto de vista arquitetônico, Vitória continuava sendo uma típica cidade colonial portuguesa. As casas e pequenos sobrados mostravam suas fachadas em desalinho. Os chafarizes e mananciais, cujas águas para abastecimento das casas comerciais e moradias precisavam ser transportadas pela própria população, eram escassos e limitados. A iluminação pública era bastante deficiente, deixando a cidade quase às escuras. Eram evidentes as carências também em termos de instalações sanitárias. O transporte da população constituía-se de bondes de tração animal, sendo, por isso mesmo, bastante deficiente.

A transição efetiva da antiga cidade colonial para a Vitória moderna teve um grande impulso durante a gestão Jerônimo Monteiro, governador do Estado entre os anos de 1908 e 1912. A partir de então, a cidade foi equipada com serviços até aquele momento inexistentes: água encanada, redes de esgoto, energia elétrica, bondes elétricos, construção de novos prédios públicos, início da construção das obras do porto e a reforma do ensino (VASCONCELLOS, *et al.*, 1993). Vitória entrou, então, numa fase de completa remodelação. Perdeu diariamente o aspecto da antiga província que fora a maior parte do tempo e ganhava, a olhos vistos, foros de cidade moderna.

É nesse momento que se intensificam iniciativas dos governos locais no sentido de criar espaços públicos que, além de embelezar a cidade, objetivavam construir um novo cotidiano para seus habitantes, no qual se poderia realizar o sonho de viver conforme o ideário moderno, por meio do desfile de posses, costumes, roupas importadas e de novas formas de sociabilidade (PRADO, 2004). Entre os empreendimentos construídos, situam-se as praças e parques, todos tratados paisagisticamente e dotados de uma sorte de equipamentos. Ligados à urbanística sanitária, visavam a domesticar o olhar da população para a importância da salubridade e construir um novo referencial para a vida urbana.

Das alterações realizadas na paisagem, singular é o caso do Parque Moscoso, o primeiro parque da cidade, criado em 1912. O aterro que criou o parque, na área de manguezal então conhecida como Campinho, foi fruto de uma das maiores ações de saneamento da urbe. Sua imagética moderna, de acordo com Prado (2004, p. 94), assentou-se na nova tipologia arquitetônica, “[...] no traçado generoso e salubre, no jardim público destinado não apenas a melhorar a salubridade local, mas a educar a população capixaba para a modernidade, através de novas práticas, como o ócio ao ar livre”. Ainda conforme Prado (2004), o Parque Moscoso era destinado ao ócio e lazer das classes média e alta, já que o bairro onde fora projetado, com o mesmo nome do Parque, era habitado, prioritariamente, por funcionários públicos de mais alto escalão. Tratava-se, todavia, não mais de um ócio contemplativo, conforme escreveu Saturnino de Brito, referindo-se aos jardins e “passeios” do novo arrabalde, mas, sim, de um ócio ligado ao entretenimento cultural, tido como instrumento de disciplina moral.

Não somente nos bairros mais elitizados, contudo, notamos o lugar que os espaços públicos de passeio e/ou praças passaram a ter no projeto de remodelização da

Capital. No relatório do prefeito Asdrubal Martins Soares (1930-1933), do ano de 1933, fica evidente essa preocupação ao se referir à construção da praça que levou seu próprio nome, no bairro operário de Jucutuquara:

Uma vez concluído o calçamento da Avenida XV de Novembro, para maior embelezamento do bairro de Jucutuquara, construímos um moderno jardim com canteiros dispostos em dois planos, junto ao abrigo de passageiros, construído no ano de 1931. Este logradouro público completa o plano de remodelação que o Governo do Município vinha executando neste bairro, proporcionando ao público um lugar de reunião e recreio cuja falta muito se fazia sentir (RELATÓRIO DO PREFEITO, 1933, p. 138-139).

Os governadores Nestor Gomes e Florentino Ávidos (1920-1928) concluíram a concepção de cidade que nascera nos governos anteriores, de modo que, no final dos anos 1920, a vida colonial havia morrido. Uma nova cidade, mais moderna e confortável, apresentava-se à realidade da população capixaba.

Paralelamente a todo esse movimento de crescimento e modificação dos espaços da cidade, que conferiu ao ócio e ao lazer uma centralidade cada vez maior, Vitória também presencia toda uma agitação popular em torno da prática esportiva de competição, que se afirmaria, sobretudo a partir da década de 1920, como um componente cultural importante do capixaba. À semelhança do que acontecera no Rio de Janeiro alguns anos antes (MELO, 2001; LUCENA, 2001), o remo tornar-se-ia, na Capital da Província do Espírito Santo, o esporte dileto da juventude capixaba. Isso não sem razão, pois, numa cidade quase sem atrativos na transição entre os séculos XIX e XX, uma das poucas opções de lazer existentes na cidade era a baía de Vitória – ainda que esta fosse, durante algum tempo, depósito do lixo da cidade. Era nela que se comemoravam, no dia 25 de novembro de cada ano, as famosas regatas de Santa Catarina, uma festa religiosa. As regatas eram constituídas por um único páreo, em

longas canoas tripuladas por pescadores, que faziam seus próprios remos, de pá larga e comprida, de cabo curto, leves e resistentes. O ponto de partida era a Pedra dos Ovos (próxima ao morro do Penedo) e a chegada no extinto Cais do Santíssimo (atual Vila Rubim). A regata era muito popular, disputada por duas embarcações: os Caramurus e os Peroás.⁸ O juiz do páreo “[...] era a própria população local, que se aglutinava para vibrar por sua embarcação favorita; após o término das regatas, os vencedores percorriam as ruas da cidade, matraqueando os remos e dando vivas a Santa Catarina” (LIMA JÚNIOR; SOARES; BONICENHA, 1994, p. 100).

Essas regatas foram disputadas até meados da década de 1910, perdendo relevância devido à criação dos clubes de regatas Álvares Cabral e Saldanha da Gama, os primeiros clubes esportivos de Vitória.⁹ As provas, a partir de então, passaram a ser disputadas em baleeiras (embarcações miúdas, mais velozes e usadas para serviços de navios e pesca de baleias) e despertaram ainda mais a curiosidade e os aplausos dos ilhéus, perdendo, assim, seu antigo sentido religioso para adquirir um caráter fundamentalmente esportivo. Abandona a cena o júri popular e tem início a organização propriamente esportiva de Vitória. Na cidade com pouquíssimas opções de lazer,

[...] o povo se acotovelava na Beira-Mar para assistir às disputas. Havia bandas de música, pontões, bandeiras, torcidas de lado a lado, e um equilíbrio de alto nível nas competições. Os remadores disputavam as regatas com as medalhas no peito, e eram cometidas algumas excentricidades como a Festa

⁸ Caramuru e Peroá são nomes de peixes abundantes, à época, em Vitória. Seus nomes foram utilizados para caracterizar uma dissidência entre os devotos do santo São Benedito. Caramuru designava os devotos de São Benedito ligados ao Convento de São Francisco; a expressão faz alusão ao perfil traçoieiro do peixe e sua cor verde (a mesma que predominava nas vestes dos religiosos ligados ao Convento). Peroá refere-se a um peixe de baixa qualidade que era desprezado pelos pescadores. Os religiosos (Peroás) que, após o conflito, se desligaram do Convento, se deslocaram para a Igreja do Rosário, cujo prédio se localiza, ainda hoje, no centro da cidade de Vitória. Em meio a tanta rivalidade, Caramurus e Peroás protagonizariam, durante anos, um espetáculo de sons e cores pelas ruas da cidade na disputa pela preferência de São Benedito em suas procissões.

⁹ O Clube de Regatas Álvaro Cabral foi fundado em 6 de julho de 1902. No dia 29 de mesmo mês, em função de dissidências no interior do próprio Álvares, é criado, então, o Clube de Regatas Saldanha da Gama. Existiam, ainda, outros clubes de regatas, como o Náutico Brasil (1920), o Viminis (data desconhecida) e o Piratininga (data desconhecida). Vale destacar que somente os dois últimos clubes citados foram extintos.

Venesiana, uma idéia de Mariana Martins. Homens e mulheres, saldanhistas e cabralistas, atravessavam a Baía de Vitória em gôndolas ao pipocar de fogos de artifício (LIMA JÚNIOR; SOARES; BONICENHA, 1994, p. 101).

Esses dois clubes, além de fundamentais para a organização inicial do esporte em Vitória, também produziram, com suas sedes, notáveis modificações no espaço urbano da Capital. Vitória, no início do século XX, era uma cidade com grande colônia de imigrantes portugueses e seus descendentes. A maioria formada por comerciantes que habitavam os próprios estabelecimentos comerciais. Três dessas casas comerciais, Evaristo Pessoa e Cia., Viana Leal e Cia. e Cruz Sobrinhos e Cia., tiveram importância fundamental na fundação do Clube de Regatas Álvares Cabral. Os fundadores, Raul da Costa Moreira, Américo Dias Leite, José Lopes da Silva, Augusto Nogueira Souto, Luiz de Abreu, Alcino Reis de Amorim e Benjamin José da Costa (todos portugueses e com vínculo nas três casas comerciais), alugaram, com a ajuda daqueles comerciantes, uma garagem na já extinta Rua D'Alfândega, no centro da cidade, e construíram uma baleeira que recebeu o nome de "Pátria", homenagem à pátria lusitana e também à brasileira. O presidente cabralista, Armando Oliveira Santos, comprou para o clube seu primeiro prédio, próximo à Praça Costa Pereira, centro da cidade. Era uma edificação de dois andares, com o salão de festa no segundo piso e uma empresa comerciante de tecidos paulista no térreo.



FIGURA 1 - Sede social do Clube Álvares Cabral (prédio com toldo na frente), no centro da cidade (1927).

Fonte: Tatagiba (2004).

A sede náutica ficava no bairro da Vila Rubim (centro da cidade), possuindo uma garagem para os barcos, um campo de futebol e duas quadras poliesportivas, além de um *deck* para embarque e desembarque dos atletas do remo e uma área demarcada no mar para as partidas de *water-polo* e competições de natação.

No caso do Saldanha da Gama, sua primeira sede foi a antiga travessa da Alfândega (próxima à atual praça 8 da Setembro), no prédio que faz esquina com a Rua Duque de Caxias. Passou depois para a Rua do Comércio, nº 32, onde teve, no pavimento térreo, a garagem e, no sobrado, a sede social. Mais tarde, passou para a Rua Pereira Pinto e, depois, para a Cristóvão Colombo. No relatório do ano de 1918, de Henrique de Novaes (prefeito de Vitória entre 1916 e 1920), identificamos, na *Secção Obras e Viação*, uma menção à construção de uma rampa para embarque e desembarque dos barcos do Clube Saldanha da Gama, na Avenida Capichaba (atual Jerônimo Monteiro). O Saldanha da Gama, à semelhança do que aconteceu com o seu grande rival anos depois, também abandonou o centro da cidade para se alojar mais próximo ao mar.

Seus diretores decidiram comprar um antigo forte localizado na entrada da baía de Vitória: o Forte São João. Na época, o Forte encontrava-se arrendado, pela cervejaria Brahma, à *boate Trianon*. A compra, por parte do Saldanha, somente foi efetivada em 27 de março de 1930. O clube incluiu na negociação o repasse da sua antiga sede, no centro, e fez o pagamento restante graças um empréstimo com Governo do Estado. No dia 16 de novembro de 1930, a nova sede social do Saldanha, no Forte São João, foi oficialmente inaugurada, com uma missa campal realizada no campo de “Bola ao Cesto”, pelo padre Elias Tommasi. Os festejos mobilizaram os sócios, suas famílias e as autoridades capixabas, como os doutores Affonso Lyrio e J. Manoel de Carvalho, ambos da junta governativa do Estado (O CLUB, n. 251, Nov. 1930).

Ao longo dos anos, várias transformações foram implementadas nas novas instalações do clube, alterando a estrutura do antigo prédio comprado pelo Saldanha, e também, a própria geografia do lugar. Em 1931, teve início o aterro para a construção de uma praia, pois até aquela data só existia na frente do clube uma pequena faixa de terra e um ancoradouro para os barcos. Posteriormente, houve o aterro do braço do mar que ficava à frente, o que possibilitou a construção de uma quadra de bola ao cesto e de uma piscina artificial para atender aos associados nos dias quentes. Era, ainda, utilizada para competições de *water-polo* e natação.



FIGURA 2 - Quadra de bola ao cesto com piscina de water-polo.
Fonte: revista Chanaan (1937, n. 17, agosto).

Em outubro de 1935, o clube fez novos aterros, numa ampla faixa de mar localizada à sua lateral.

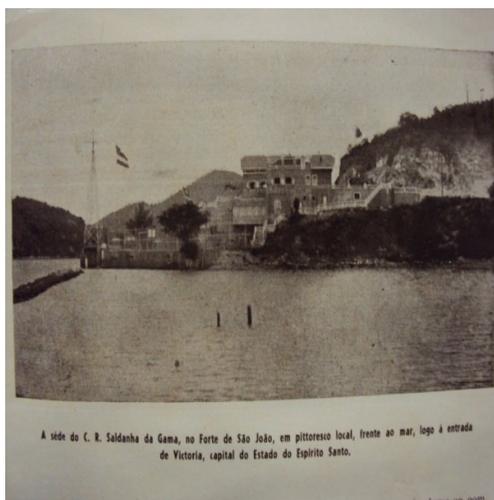


FIGURA 3 - Clube Saldanha da Gama antes do aterro (1935).
Fonte: Chanaan (1937, n. 17, agosto).



FIGURA 4 - Clube Saldanha da Gama depois do aterro (1936).

Fonte: Pirajá (2010).

Em matéria publicada na revista *Vida Capichaba*, antes mesmo de o clube proceder aos aterros no mar localizado à sua lateral, o autor desconhecido assim se pronunciou a respeito da nova sede do Saldanha:

A sede do Club de Regatas Saldanha da Gama é uma demonstração do progressivo sportivo e social de nosso Estado. Localizada num ponto pitoresco e magnifico, surge aos olhos do visitante que passa a bordo dos navios demandando nossos portos, como uma Victoria do homem sobre a natureza. A montagem, o aparato do edifício, o conjunto harmonioso de tão formosa sede predispõem o forasteiro a ver nossa Capital como um centro de cultura physica e intellectual. O navio chega ao porto. Ao longo se estende a cidade (VIDA CAPICHABA, 1933).

Além dos clubes náuticos, os clubes de futebol começaram a despontar na geografia de Vitória, provocando novas modificações e introduzindo novos objetos no seu espaço. Segundo a matéria *O inicio do foot-ball entre nós*, publicada no jornal *Diário de Manhã*, em 3 de outubro de 1926, o futebol, quando já era popular entre os cariocas e paulistas, era desconhecido entre os capixabas, não despertando o menor interesse. Até então, o remo era o esporte mais popular. Em 1912, começaram os nossos rapazes que estudaram no Rio de Janeiro, e outros que eram de fora, a promover a

prática do futebol na cidade. Na região do bairro Moscoso, na barreira de São Gonçalo e no largo de São Francisco, localidades do centro da cidade, os rapazes começaram a chutar bolas de meia, com uma noção ainda “[...] pouco precisa da verdadeira technica futebolística. Um ou outro, mais viajado, sabia as regras e procurava applical-as, luctando com as difficuldades communs que se antepõem sempre á tarefa mellindrosa de organizar alguma coisa” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1926, 3 out.).

Ao mesmo tempo em que era disputado nos terrenos baldios, o futebol começa a se difundir nas principais instituições de ensino da época, como o Colégio Estadual (com o time *Sul América*) e a Escola Normal (com a equipe do *XV de Novembro*). A footballmania (PEREIRA, 2000), que começara a despontar na Capital, possibilitou o surgimento dos primeiros clubes de futebol não ligados às escolas. Jair Tovar e Nelson Monteiro, capixabas que estudavam no Rio de Janeiro no início da década de 1910, sempre que retornavam à Vitória para suas férias, encantavam os amigos com relatos das partidas de futebol disputadas naquela cidade. Decidiram, então, fundar um clube de futebol na Capital de nosso Estado, com a mesma pompa, organização e formalismo empregados por seus pares cariocas. Nascia, em 1º de outubro de 1912, o *Foot-ball Club Victoria*. O Vitória teve, no bairro de Santa Lúcia, um modesto campo cercado com alguns degraus de madeiras cobertos para melhor acomodar seus torcedores. Sua área, conforme Gomes Filho (2002), era separada por fios de arame corridos, encimados de ripas grosseiras, sobre as quais seus torcedores se debruçavam confortavelmente.

Em 21 de junho de 1913, fundou-se, por um grupo de jovens, o *Juventude e Vigor*, clube de futebol que cresceu no bairro operário de Jucutuquara. A sua fundação ocorreu, contudo, no centro de Vitória, especificamente na Rua 7 de Setembro. O primeiro nome do time foi uma homenagem aos próprios jovens que o criaram. Pouco

depois, alguns convidados pelos jovens não se sentiram bem com a denominação, pois não eram mais adolescentes. Em uma reunião realizada em 10 de fevereiro de 1914 (GOMES FILHO, 2002), após muitas conversas sobre o nome do clube, resolveram prestar uma homenagem ao Chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, conhecido como o Barão de Rio Branco, e mudaram o nome do *Juventude e Vigor* para *Rio Branco Football Clube*.

Nesse bairro operário, havia uma grande área utilizada para represamento das águas da maré, com o objetivo de produzir sal. Era a “Salina”. Abandonada por longo tempo, transformou-se em um terreno reto, sem gramas, mas excelente para as “peladas”. O jornal *Diário da Manhã*, na página não identificada de sua edição de 28 de setembro de 1915, anunciava que o então presidente do Rio Branco, Otávio Araújo, apresentara a planta do esplêndido campo de *sports*, “[...] que será, depois de pronto, um dos melhores do Brasil, pois pretende o clube fazer, além do ‘ground’, campo para tênis, área para rink, aparelhos ginásticos, tanque de natação e pistas para corridas a pé”.

Realizaram um aterro na “Salina”, com a intenção de ampliar o terreno. O trabalho foi facilitado em face da localização do campo, ao pé do morro (um aterro “natural”, com deslocamento de terra do morro). Em 1918, as obras propriamente ditas foram iniciadas. O majestoso *ground* de Jucutuquara, também chamado Estádio de Zinco, não teve, conforme constava no projeto inicial, o tanque de natação, os aparelhos ginásticos e a quadra de tênis, mas teve o rink, uma pista para corrida à pé, um belo gramado, todo cercado por um arame liso. Foram construídas arquibancadas cobertas e toda a sua área foi cercada por folhas de zinco. Foi inaugurado no dia 19 de abril de 1919, contra o Fluminense de Niterói, jogo que acabou empatado em 2 a 2.

O Estádio de Zinco proporcionou uma nova dinâmica ao bairro. O relatório de 1928, do prefeito Otávio Índio do Brasil (1924 a 1928), na *Seção Obras*, evidencia como a decisão de se construir um estádio na região de Jucutuquara favoreceu a expansão do bairro e a abertura de ruas e estradas. Criou-se, também, uma linha de bonde, que saía da Vila Rubim, passava por Jucutuquara e viajava até a Praia Comprida, facilitando o deslocamento da população em dias de jogos.

Essa nova dinâmica, provocada pela presença do clube em Jucutuquara, se intensificaria ainda mais com a decisão de construir, a partir de 1934, um estádio ainda maior que o Estádio de Zinco. Estamos nos referindo ao Governador Bley (o nome do estádio era uma homenagem ao interventor federal João Punaro Bley, capitão do Exército nomeado por Getúlio Vargas, em 15 de novembro de 1930). Além de um objeto marcante na paisagem urbana, a construção desse novo Estádio do Rio Branco representou significativa centralidade simbólica no imaginário social, conforme podemos notar em matéria publicada às vésperas de sua inauguração, em 1936:

O Espírito Santo vai possuir do dia 30 de maio em diante o terceiro estádio do Brasil. É a exclamação jubilosa que vive no coração dos capixabas, e que revela o nosso orgulho pela brilhante conquista do alvinegro; a fim de comemorar condignamente essa realização tão luminosa, movimentam-se todas as forças espiritosantenses, todos os espíritos comungam o mesmo ideal de fé, o mesmo sentimento de entusiasmo e a mesma alegria radiosa. Os hotéis têm quase todos os seus aposentos reservados telegraficamente (DIÁRIO DA MANHÃ, 1936, 30 de maio, p. 3).

O estádio somente perdia em tamanho, conforme as notícias dos jornais da época, para o Estádio do Fluminense Futebol Clube e o Clube de Regatas Vasco da Gama, ambos do Rio de Janeiro. Além de mobilizar a sociedade capixaba em torno de sua inauguração, a construção dessa praça de esportes “[...] forçou, como curioso fator social, a expansão de todo um bairro – Jucutuquara” (RIO BRANCO FUTEBOL

CLUBE, 1936, maio, p. 3) e, podemos acrescentar, de toda uma cidade, que também se organiza e/ou se modifica em função do esporte. Em uma matéria da revista *Chanaan*, com o título *Em Benefício da Coletividade*, noticia-se que a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica

[...] lançou, coincidindo admiravelmente com a inauguração da obra monumental que é o Stadium Governador Bley um esplendido Bonde, que tomou o n. 40, construído em suas oficinas a Rua Sete de Setembro, neste capital.. Foi um benefício em prol da colectividade capichaba e compatível com seu progresso actual, pois o veículo em apreço está optimamente lançado; amplo, definitivo, agradável, o bonde novo, como está cognominado, prestou desde a sua recente saída das oficinas da Central Brasileira de Força Electrica, bons serviços ao povo, justamente no dia em que a cidade se movimenta além do habitual, com a concorrência do publico aos prêmios esportivos no bairro de Jucutuquara (CHANAAN, 1936, n. 5, maio, p. 8).

O significado do estádio para Vitória foi tal que os governos de plantão foram copartícipes de sua construção. Encontramos, no relatório de 1935, do prefeito de Vitória Álvaro Sarlo (1935-1936), uma menção sobre a realização de terraplanagem para a construção do novo campo do Rio Branco. No relatório do ano de 1936, assinado por Laurentino Proença, “chefe de obras” do prefeito Paulino Müller (1936-1937), identificamos dados sobre verbas destinadas à construção do Estádio Governador Bley. Ainda em 1936, no relatório da *Diretoria de Água e Esgoto*, consta verba destinada ao gramado e construção do estádio.

Nesse momento da história do País, em que os interesses do Estado brasileiro reservavam ao esporte um lugar de destaque, muitos foram os investimentos públicos nos clubes esportivos. Na revista *Chanaan* (1937, n. 16, jul., s/p), publica-se uma matéria em que ficam evidentes os investimentos feitos pelo governo nos diversos clubes da Capital (e do interior) para a construção de suas praças esportivas. No caso do

Rio Branco, anuncia-se que foram cedidos ao clube 160 contos de réis para a construção do seu estádio.¹⁰ Assim temos procedido, diz a letra da publicação,

[...] por que consideremos os esportes um capítulo fundamental da educação física. A formação de uma mocidade forte e capaz de cumprir os seus deveres para com a Pátria deve sempre preocupar a atenção dos governantes, daí porque volvemos carinhosamente os nossos melhores cuidados para os esportes, dispensando-lhes assistência financeira para poderem bem exercer as suas nobilitantes finalidades.

Os trabalhos de Malhano e Malhano (2002), Drummond (2007), Melo (2006) e Negreiros (1997) nos mostram que essa não foi uma prática restrita ao solo capixaba. Segundo Pereira (2000, p. 355), e isso se aplica bem ao nosso caso, “[...] o financiamento do governo aos grandes clubes já era praticado pelas autoridades, mas a partir da Revolução de 30 foi estendido a clubes menores, não apenas por parte do governo federal, como também por prefeitos, interventores ou outros órgãos governamentais”.

Essa simbiose entre os interesses dos clubes e dos governos deve ser compreendida levando-se em conta, por um lado, o controle que os governos de então pretendiam exercer sobre a organização esportiva nacional (DRUMOND, 2007). Isso porque as grandes construções esportivas dessa época assumiam um tríplice papel a esses governos: a) a representação do regime urgente; b) a participação no culto político; c) a formação de um novo homem. Por outro lado, as suntuosas obras esportivas expressam o sucesso que as práticas esportivas, em especial o futebol, tinham obtido no conjunto da população. Parecia, assim, inevitável a necessidade de se pensar

¹⁰ Além disso, o interventor Bley, por meio do decreto-lei nº 4969, de 20 de junho de 1934, doa ao clube a área da “Salina”, onde tinha sido construído o Estádio de Zinco e onde se pretendia construir o estádio com o nome do interventor federal (BRASIL, 1934). Até então, a área não era do clube, apesar de ser ocupada por ele desde meados da década de 1910.

na construção de um novo estádio para a cidade; um estádio que fosse compatível com Vitória, que havia crescido e se transformado.

A festa de inauguração foi organizada para encantar o povo. Foi um grande ato cívico-político de amplitude estadual, ao envolver o interventor federal, outros políticos e demais autoridades. Mais do que emocionar, a cerimônia pretendeu mostrar a força do Governador Bley, consubstanciada na própria construção monumental; além de materializar concepções como ordem, coletividade, unidade, beleza, conforme vemos na citação retirada da revista *Chanaan* (1936, n. 4, p. 40):

Para essa realização, tão grandiosa quão necessária, todos os elogios, todas as referencias que se façam ao Rio Branco F. C. serão merecidas. Por que, justo é confessar, a empresa foi difficil, foi ousada, foi grandiosíssima. Só mesmo muita energia, grande devotamento aos interesses colectivos, e perfeita comprehensao da finalidade sportiva da obra, poderia levar um club a carregar nos hombros tão grande responsabilidade. [...] E delle, da sua realidade, podemos tirar positivas conclusões, conclusões estas tão vivas e quanto insophismaveis, que dellas poderemos nos servir, como índice, como incentivo seguro, do quanto pôde produzir a collectividade humana, se ella se associa, se ella se irmaniza, se ella se dispõe a um trabalho são e efficiente para conseguir as justas aspirações dos seus congregados, tão bem expressa na velha phrase de velho pensador: - 'a união faz a força'.

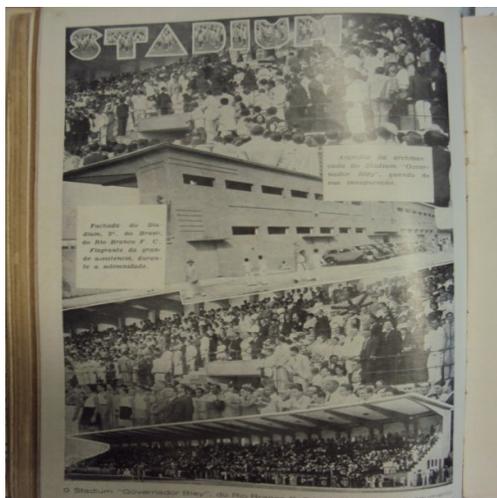


FIGURA 05 - Inauguração do estádio Governador Bley (1936). Destaque para o público
Fonte: Chanaan (1936, n.5, maio).

Tomamos, como ponto de partida de nossas análises, a construção do novo arrabalde, ainda no governo de Muniz Freire (1892-1896). Argumentamos que o projeto conduzido por Saturnino de Brito, além de importante para a ocupação de uma área até então inabitável, construiu avenidas e estradas que conduziam à área praiana, o que favoreceu a popularização com os banhos de mar. Seu projeto incluía, ainda, a construção de jardins e áreas de passeios destinados ao ócio e ao lazer da população, mesmo que esses, à época, tivessem um caráter mais contemplativo. Não foi possível verificar uma preocupação, entre os signatários do projeto, no sentido de transformar terrenos baldios ou espaços ociosos em áreas destinadas à prática do esporte propriamente dito. E isso porque o esporte ainda não era uma experiência social em voga na Capital, antes da virada para o século XX. O novo arrabalde, em realidade, apenas refletia o (não) lugar ocupado, em Vitória, pelas práticas esportivas na transição do século XIX para o século XX. A cidade não possuía esses espaços e, conseqüentemente, as construções adequadas para essas práticas.

A análise das fontes catalogadas nos permitiu perceber que, se comparada com outras cidades que aqui exerciam suas influências, como São Paulo, mas, principalmente, Rio de Janeiro, Vitória levou um pouco mais de tempo para responder aos apelos dos desenvolvimentos dos esportes. O movimento nessa direção tornou-se proeminente, entre nós, somente nos primeiros anos do século XX, inicialmente com a criação de dois clubes particulares: o Álvares Cabral e o Saldanha da Gama, que provocaram importantes modificações na geografia da cidade. Essas alterações na paisagem urbana se intensificaram ainda mais nos anos seguintes, com o surgimento dos clubes de futebol e de outras modalidades, como o tênis, a natação, o *water-polo* e o basquete. Centramos nossa atenção, neste texto, nos dois principais clubes de remo e

nos dois mais populares times de futebol da Capital: o Vitória e, principalmente, o Rio Branco, clube em torno do qual se concentraram os esforços no sentido de construir as duas primeiras praças de esporte na Capital: o Estádio de Zinco e o Governador Bley.

A presença desses clubes em solo capixaba, por consequência, demandou a construção de amplos espaços para a realização de suas práticas esportivas, como as quadras de tênis e basquete, as piscinas para natação e *water-polo* e os estádios de futebol. Essas construções esportivas podem ser tomadas como *paisagens-marca* (BERQUE, 1998), resultantes que são do advento de valores e práticas socioculturais que se materializam num dado momento de um lugar. Configuram, nesse sentido, um patrimônio histórico-cultural. Mas também são, ainda de acordo com Berque (1998), *paisagem-matriz*, pois participam ativamente da vida cotidiana, no plano simbólico e no plano da ação.

A construção dessas praças de esportes expressa a importância que o esporte passou a ter para os capixabas em algumas décadas (1896-1940), desde a elaboração do projeto do novo arrabalde, com seus jardins e áreas de passeio para contemplação e ócio, até a construção do que seria o terceiro maior estádio do País àquela época: o Governador Bley. De modo semelhante ao que observou Negreiro (1997), referindo-se à construção, em 1938, do Estádio do Pacaembu, é surpreendente que o mesmo Poder Público que, anos antes, mal tinha clareza de qual deveria ser a sua relação com as atividades ligadas ao ócio, ao lazer e aos esportes, passasse, poucas décadas depois, a defender a necessidade da construção de um estádio esportivo, proporcional ao tamanho da cidade e ao grau de importância que os esportes já haviam adquirido em Vitória. A construção do Estádio Governador Bley, assim, é o principal termômetro para caracterizar a febre esportiva (MASCARENHAS, 1999) que assolou os capixabas nas

décadas iniciais do século XX, em especial a partir dos anos 1920. Sua inauguração, desse modo, coroa um processo em que a cidade de Vitória foi se modificando para atender cada vez mais às novas experiências sociais decorrentes do seu processo de se tornar uma cidade moderna.

A existência desses monumentos esportivos, por sua vez, foi acompanhada de outros investimentos em setores igualmente importantes para a remodelização de Vitória. Por exemplo, podemos mencionar a abertura de estradas que levavam aos locais de jogos ou, então, criação e/ou deslocamentos de linhas de bonde com a finalidade de levar o grande público às competições. Fenômeno semelhante observou-se no Rio de Janeiro, São Paulo e em outras localidades, corroborando a tese de que os esportes são capazes de produzir, nas cidades, substanciais alterações geográfico-espaciais.

Pelo exposto, podemos concluir que o movimento que difundiu as práticas de ócio, lazer e esportes em Vitória apresentou dois fatores diretamente relacionados com os espaços públicos: por um lado, a criação de espaços e/ou a introdução de objetos na paisagem com vistas a reunir o público em torno do espetáculo esportivo; por outro, o incentivo às atividades ao ar livre (nas praias, nos jardins, nas praças e nos “passeios”), tendo o sol e a oxigenação como ingredientes de uma vida saudável (MASCARENHAS, 1999).

Nosso desafio, na continuidade da investigação, é descobrir novos vínculos entre o esporte com as mudanças nas formas e dinâmicas urbanas. Dessa maneira, estaremos contribuindo não somente para uma abordagem geográfica das práticas ligadas ao ócio, ao lazer e ao esporte, mas, também, para uma leitura possível sobre a história dos esportes na cidade de Vitória.

REFERÊNCIAS

AUXILIO aos esportes. **Chanaan**, Vitória, n. 16, jul. 1937.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elemento da problemática para uma geografia cultural. *In*: CORREA, R.; ROSENDAHL, Z (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BRASIL. Decreto-lei Nº 4969, de 20 de junho de 1934. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Vitória, 24 de jun. 1934.

BRASIL, O. I. **Relatório do prefeito**. 1928. Vitória.

BRITO, F. S. R. **Projeto de um novo arrebalde**: relatório apresentado ao presidente do Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1896. Disponível em: < <http://www.ape.es.gov.br> >. Acesso em: 30 jul. 2010.

CHANAAN, Vitória, n. 16, jul. 1937.

CHANAAN, Vitória, n. 17, agosto, 1937.

O CLUB “SALDANHA DA GAMA” E SUA NOVA SEDE. **Vida Capichaba**, Vitória, n. 251, s/p, nov. 1930.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 28 set. 1915.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 30 maio. 1930.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, p.3, maio 1936.

DRUMOND, M. Pátrias em jogo: esporte e propaganda política nos governos de Vargas e Perón. *In*: MELO, V. M. (Org.). **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2007. p. 61-75.

EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE. **Chanaan**, Vitória, n. 5, p. 8, maio. 1936.

GOMES FILHO, O. **Rio Branco Atlético Clube**: história e conquistas. Vitória: Oficinas da Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2002.

O INICIO do foot-ball entre nós. **Diário da Manhã**, Vitória, 3 out. 1926.

LIMA JÚNIOR, C. B.; SOARES, S. C.; BONICENHA, W. **Baía de Vitória**: aspectos históricos e culturais. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo, 1994.

LUCENA, R. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MALHANO, C. S. E. M. B.; MALHANO, H. B. **São Januário**: arquitetura e história. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2002.

MASCARENHAS, G. M. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 17-39, 1999.

MELO, V. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios de uma política pública de esporte e lazer. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 2006, p. 1-22.

_____. **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.

_____. **Os sports e as cidades brasileiras**: transição dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2010.

MÜLLER, P. **Relatório do prefeito**. 1936. Vitória.

NEGREIRO, P. J. L. **O estádio do Pacaembu**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 5., 1997, Ijuí. **Coletânea ... Ijuí: UNIJUÍ**, 1997. p. 31-44.

NOVAES, H. **Relatório do prefeito**. 1918. Vitória.

PEREIRA, L. A. M. **Footballmania**: uma história social do Futebol (1902-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PIRAJÁ, F. **Fotos antigas de Vitória IV**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1G0wb0DgN7U>. Acesso em: 11 fev. 2010.

PRADO, M. M. A modernidade e o seu retrato: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) - 1890-1950. **Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 3, p. 87-102, 2004.

SARLO, A. **Relatório do prefeito**. 1935. Vitória.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 513-619.

SOARES, A. M. **Relatório do prefeito**. 1933. Vitória.

STADIUM. **Chanaan**, Vitória, n. 4, 1936.

STADIUM Governador Bley. **Rio Branco Futebol Clube**, Vitória, 30 maio. 1936. Caderno Especial, p. 1-24.

TATAGIBA, J. **Puxa!!!** Como Vitória está mudada! Multiplicidade: Vitória, 2004.

VASCONCELLOS, J. G. *et. al.* **Vitória**: trajetória de uma cidade. Vitória: IHGES, 1993.

VIDA CAPICHABA. Vitória, 1933.

Endereço dos Autores:

Felipe Quintão de Almeida

Rua Oscar Rodrigues de Oliveira, Jardim da Penha, ap.401

Vitória – ES – 29060-720.

Endereço Eletrônico: fqalmeida@hotmail.com, alexandredemonar@yahoo.com.br,
ivanmgomes@hotmail.com, cea_moraes@hotmail.com, ueberonribeiro@terra.com.br